



Os nomes da loucura e práticas discursivas: liame entre identidade, cultura e poder

Jullyanne Rocha São Pedro

Mestranda em Psicologia da Saúde na Universidade Estadual da Paraíba – jullyanne.rocha@gmail.com.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender o liame entre identidade, cultura e poder existentes nas práticas discursivas que constroem os nomes da loucura. A perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa é a Psicologia Social Discursiva, que compreende que o discurso e a linguagem produzem a realidade social em que vivemos, na qual se inclui a identidade. Assim, ao considerar a construção da identidade como resultado de ação de práticas discursivas, faz-se necessário compreender e as relações de poder que ensejaram tais discursos. Dessa forma, essa construção discursiva dos nomes da loucura implica que a sua definição apenas possuirá sentido dentro de um sistema de significação, que inclui a cultura e os sistemas simbólicos. Nesse sentido, percebe-se que identidade não é algo inerente ao sujeito, mas é forjada através da construção histórica e social e dos mecanismos de poder. Assim, entende-se que o efeito discursivo na construção dos nomes da loucura está repleto de identidades estigmatizadas, que vem fazendo com que o sujeito em sofrimento psíquico ocupe o limbo da vida cotidiana. Por fim, ao verificar o efeito do discurso, levando em consideração a cultura e as relações de poder, na construção das identidades da loucura, ficam algumas reflexões: Quais estratégias discursivas poderiam ser utilizadas para modificar identidades tão fortalecidas e arraigadas historicamente? Como os discursos poderiam contribuir para a transformação dos estigmas e dos estereótipos dos sujeitos em sofrimento psíquico? O que estamos fazendo para contribuir com a transformação dessa sociedade excludente?

Palavras-chave: Loucura; Práticas Discursivas; Identidade; Cultura; Poder.

Introdução

A loucura já foi retratada de diversas formas, a saber: manifestação dos deuses, possessão demoníaca, culpa moral, desrazão, periculosidade e doença mental (FOUCAULT, 2013; PESSOTI, 1999; PELBART, 1989). Tais identidades atribuídas à loucura são permeadas pelos valores culturais e por relações de poder, os quais estão presentes nos contextos dos quais as práticas discursivas emergem.

A influência dos costumes culturais determina as identificações da loucura que vão surgir em cada contexto, pois as classificações vão depender da construção simbólica. Desse modo, as normas e as regras culturais estabelecem e criam comportamentos, bem como manipulam as atitudes e reações dos membros da sociedade, através das relações com os mecanismos de poder (QUEIROZ, 2005).

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é o de compreender o liame entre identidade, cultura e poder, existentes nas práticas discursivas que constroem os nomes da loucura historicamente.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Metodologia

A metodologia desta pesquisa foi a revisão bibliográfica, realizada a partir das reflexões e apontamentos trazidos por teóricos como Michel Foucault, Denise Jodelet, Isaias Pessoti, Peter Pelbart, Judith Butler, Stuart Hall e Tadeu Tomaz da Silva, que foram primordiais para o arcabouço teórico deste artigo.

A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho é a Psicologia Social Discursiva, que compreende que o discurso/linguagem produz, por meio de diferentes ações, a realidade social em que vivemos, seus grupos, identidades, etc. (OLIVEIRA FILHO, 2013).

A Psicologia Social Discursiva considera o discurso como ação contextualizada, que significa que a linguagem produz efeitos nas relações sociais e esta produção corresponde a uma ação, como neste caso, a construção das identidades da loucura.

Esta perspectiva teórico-metodológica compreende o discurso como uma prática social, que leva em consideração a sua utilização em determinado contexto para se definir o seu sentido. Assim, há um interesse em determinar a função dos discursos na produção de objetos e sujeitos, bem como identificar as estratégias de dominação e interesses de grupos a partir da análise de seus discursos (OLIVEIRA FILHO, 2013).

Dessa forma, a escolha por usar a Psicologia Social Discursiva se deu em razão de tentar compreender a ação das práticas discursivas na construção da identidade do sujeito em sofrimento psíquico, a partir da análise dos contextos e das relações de poder que ensejaram os discursos.

Os nomes da loucura

Foucault (1975) considerou primordial o papel da cultura no processo de formulação de identidades e valoração de diferenças. Assim, as categorizações da loucura poderiam ser consideradas formas de representação de temas culturais, construídos em determinados contextos sociais e históricos. Para o filósofo, a loucura é uma manifestação positiva da sociedade e a sua categorização dependerá da construção simbólica de cada povo.

Na Antiguidade, a loucura era considerada uma forma de ilusão/erro, uma percepção do mundo relacionada à vontade de deuses. Já na Idade Média, a loucura é considerada uma possessão demoníaca, e é iniciado o processo de

afastamento dos sujeitos em sofrimento psíquico com a “Nau dos Loucos” (FOUCAULT, 2013; PELBART, 1989; PESSOTI, 1994; PESSOTI, 1999).

Os locais utilizados para a segregação dos loucos surgiram entre os séculos XV e XVII, e a loucura foi excluída e enclausurada juntamente com as pessoas consideradas libertinas e criminosas, o que desencadeou na identidade da loucura enquanto perigosa e dotada de culpa moral, tornando-a um desvio moral (FOUCAULT, 1975; FOUCAULT, 2013; PESSOTI, 1999).

A atribuição do caráter médico aos asilos, fez com que a loucura fosse considerada uma “doença mental” e se constituísse o objeto do discurso psiquiátrico. Neste caso, a internação da loucura ocorria em virtude da justificativa de o isolamento ser a melhor opção para o restabelecimento da razão (TENÓRIO, 2001).

Nesse ínterim, Pinel propõe o tratamento moral, que consiste na terapêutica que irá devolver ao homem a liberdade que havia sido retirada pela alienação, o que ocasiona um novo nome à loucura: a alienação mental. A alienação mental significa uma condição que retira a noção de realidade e as vontades do sujeito, o que o torna perigoso e imprevisível (AMARANTE, 2007; DESVIAT, 2015; PESSOTI, 1996).

Nesse sentido, para Amarante (2015, p. 24), “a caracterização do louco, enquanto personagem representante de risco e periculosidade social, inaugura a institucionalização da loucura pela medicina e a ordenação do espaço hospitalar por esta categoria profissional”.

O discurso enquanto mecanismo de poder

O discurso, para Foucault (2014), possui uma relação embrionária com o poder, uma vez que o discurso não apenas reflete o poder, mas ele se constitui o próprio poder. Desse modo, ao analisar os discursos psiquiátricos e jurídicos acerca da loucura, nota-se uma tentativa de normatizar condutas e moldar sujeitos, e uma exclusão dos que não se encaixam nestes padrões.

Foucault relata que esses discursos excludentes são controlados, selecionados e organizados, os quais foram legitimados por apoios institucionais. Os sistemas que atingiram os discursos acerca da loucura foram: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade (FOUCAULT, 2014).

A palavra proibida está presente na ordem do controle dos discursos; a segregação se apresentou com a separação dos que eram



categorizados como loucos; e a vontade de verdade se apresentou por meio da busca do discurso verdadeiro que promoveu a exclusão de sujeitos ao justificar a interdição e definir a loucura (FOUCAULT, 2014).

Assim, o discurso psiquiátrico ao mesmo tempo em que considera a doença mental um objeto de intervenção, “a exclui ao colocá-la no campo da desrazão, ao propor tratamentos que visam controlá-la e transformá-la no que está instituído como sendo normalidade” (BERNARDES; GUARESCHI, 2013, p. 167). Nesse sentido, a inclusão da loucura, para Foucault, corresponderia a uma forma de disciplinarização de corpos e controle dos excluídos, com a tentativa de “normalizá-lo”.

A identidade como construção discursiva

O conceito identidade se refere tanto a noção que o sujeito tem de si, quanto o sentimento de pertencimento a determinados grupos ou categorias sociais. A concepção de identidade possui uma relação de dependência com a diferença, pois ao se afirmar determinada identidade, outras condições são negadas (SILVA, 2000).

Nesse mesmo sentido, Bernardes e Guareschi (2013) trazem a identidade e a diferença como resultados de um processo. Para Silva (2000), a relação entre a identidade e a diferença é resultado de criação linguística, o que implica na ideia da construção de identidades dentro de discursos. E para essas identidades sejam compreendidas, os contextos que ensejaram as práticas discursivas devem ser considerados (HALL, 2000; SILVA, 2000).

A construção da identidade como criação linguística demonstra a relevância da linguagem, e é através da fala que a identidade é definida, e esta definição apenas possui sentido dentro de um sistema de significação: cultura e sistemas simbólicos (SILVA, 2000; HALL, 2014), que são marcados pela indeterminação e instabilidade.

Os processos de produção de identidade “pressupõem o desejo de diferentes grupos sociais imporem sentidos, valores, regras, ou seja, o poder está presente, tecendo essas relações” (BERNARDES; GUARESCHI, 2013, p. 157). E este poder, ao mesmo tempo em que produz identidades, produz diferenças, dentro de uma construção cultural e social.

A identidade enquanto resultado de produções da sociedade e da cultura, se contrapõe à ideia de identidade como algo determinado e natural (SILVA, 2000). Para Silva (2000), a definição discursiva da identidade está atrelada a uma relação de poder, marcada por imposições e disputas nos contextos sócio-culturais.



De tal modo, o processo de diferenciação, que produz a identidade e a diferença, está permeado pelo poder, do qual decorrem as operações de exclusão e de inclusão. Assim, pode-se entender que a definição de identidade e de diferença determina a relação de classificação, de exclusão e de inclusão, de determinadas categorias de sujeitos, como os loucos.

Conforme este entendimento, a fixação de determinada identidade como norma, no caso os normais em detrimento dos loucos, representa uma maneira de hierarquização das identidades e diferenças, um mecanismo de poder (SILVA, 2000).

Ao analisar que as identidades seriam construídas a partir de produções discursivas, Foucault (1995) investigou qual seria o processo que permitiria que esses discursos atuassem na objetivação de sujeitos e na sua identidade. Para o autor, o poder do discurso seria aplicado à vida cotidiana imediata, a qual produz o sujeito categorizado, marcado por sua individualidade. Um poder que “liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Judith Butler também analisa a sujeição a determinadas identidades sob a perspectiva das relações de poder. Para a filósofa, a constituição do sujeito seria marcada pela ambivalência, que se expressa na lógica que “a potência do sujeito parece ser efeito de sua subordinação” (BUTLER, 2001, p. 22). Dessa maneira, a submissão ocorrida pela aceitação dessa identidade representaria um poder que além de ser imposto ao sujeito, também seria produzido por ele.

Nesse mesmo sentido, Silva (2007) argumenta que uma das manifestações do poder através do discurso é exercida através da construção de identidades, do reconhecimento do sujeito para si e para os outros, sendo a identidade um construto social desencadeado por práticas discursivas.

Conforme a teoria cultural contemporânea há também uma associação da identidade e da diferença à representação, que é considerada, sob uma perspectiva pós-estruturalista, “um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2000, p. 91). Dessa forma, compreende-se que é a partir das representações que a identidade e a diferença passam a existir e se associam a sistemas de poder.

Jodelet (1998) ao realizar um estudo sobre as representações sociais da loucura em uma instituição psiquiátrica aberta, na qual os usuários viviam em uma comunidade rural e eram acolhidos pelos habitantes, verificou uma preocupação do grupo hospedeiro com relação à sua imagem intergrupala. Assim, como forma de se



distinguir dos loucos, o grupo hospedeiro passou a utilizar sinais diferenciadores, que ocasionou em uma nova categorização social.

Deste estudo são extraídas três representações sociais baseadas nos processos de alteridade: a primeira diz respeito à noção de doença mental, que atribui ao louco um estado de natureza diferente do homem considerado normal, que afeta diretamente diversos níveis de funcionamentos biológicos; a segunda se refere aos danos nervosos, que são relacionados à desordem moral e sexual, que acarreta ao louco o status de mal e perturbado, justificando a vigilância e necessidade de afastamento; e a terceira trata da loucura como uma “doença transmissível”, a partir do contato com secreções corporais (JODELET, 1998).

Jodelet (1998) menciona que a possibilidade de relacionamento entre alguém do grupo hospedeiro com um louco representa uma ameaça à identidade coletiva. De acordo com a autora:

Quando o sentimento de semelhança do outro corre o risco de conduzir a uma identificação e assimilação que o inserirão integralmente na matriz social, faz-se necessário construir e afirmar por todos os meios de expressão a alteridade do louco, que se torna a de todos os que se sentem próximos dele. Assim se multiplicam as barreiras materiais e simbólicas, que só conseguem permanecer de pé porque elas se apóiam mutuamente (JODELET, 1998, p. 64).

Desse modo, percebe-se que as representações sociais identificadas por Jodelet (1998) podem ser consideradas formas de manutenção e afirmação da identidade intergrupar, e ilustram a “dinâmica da construção, material e simbólica, da alteridade, que só pode ser analisada tendo como plano de fundo as condições que estruturam as relações sociais, num contexto plural” (p.65).

Considerações

Os nomes da loucura, caracterizações dadas aos sujeitos considerados loucos, relacionam-se com a identidade, com as relações de poder e com a cultura. As construções discursivas da identidade estão permeadas por mecanismos de poder, que são resultados de produções da sociedade e da cultura, e se contrapõe à ideia de identidade como algo determinado e natural (SILVA, 2000).

Nesse sentido, a relação dialética entre identidade e diferença é primordial a criação de novos lugares de representação das necessidades humanas e de busca de espaços onde a identidade



possa se tornar consciência para si e para o outro (SAWAIA, 2002).

Ao verificar que a identidade não é algo inerente ao sujeito, mas é forjada através da construção histórica, social e cultural, verificamos os efeitos das práticas discursivas na construção identitária (PÁRAMO, 2008). E de acordo com Hall (2000), as identidades seriam construídas a partir do discurso do outro sobre nós, e este discurso é forjado através das valorações culturais e das relações de poder existentes.

Foucault (1995) demonstra que o sujeito, na Modernidade, passou a ser objetivado através do discurso, por produções de verdade. Dessa forma, percebemos que, no decorrer de vários momentos históricos, houve a tentativa de reforçar a categoria dos “normais” ao maximizar a diferença com os sujeitos em sofrimento psíquico, atribuindo a eles diversos rótulos e estereótipos “do diferente”, como forma de proteção da identidade intergrupais dos “normais”, e nessa construção da alteridade a exclusão da loucura foi reforçada (JODELET, 1998; JODELET, 2002).

Por fim, constata-se que as práticas discursivas que constroem os nomes da loucura são relacionadas com a cultura e com o poder. Verifica-se ainda que esses mecanismos de poder contribuíram para a propagação de identidades estigmatizadas e estereotipadas, que vem fazendo com que o sujeito em sofrimento psíquico ocupe o limbo da vida cotidiana.

Assim, ao verificar o efeito do discurso na construção das identidades da loucura, ficam algumas reflexões: Quais estratégias discursivas poderiam ser utilizadas para modificar identidades tão fortalecidas e arraigadas historicamente? Como os discursos poderiam contribuir na transformação dos estigmas e dos estereótipos dos sujeitos em sofrimento psíquico? O que estamos fazendo para contribuir com a transformação dessa sociedade excludente?



Referências

AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

_____. *Loucos pela vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

BERNARDES, A. G.; GUARESCHI, N. M. F. Trabalhadores da saúde mental: tecendo identidades e diferenças. In: GUARESCHI, N. M. F.; BRUSCHI, M. E. (orgs.). *Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder: Teorías sobre a sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

DESVIAT, M. *A Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

FOUCAULT, M. *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HAAL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.) *Representando a alteridade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 53-66.

OLIVEIRA FILHO, P. A Psicologia Social Discursiva. In Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (Orgs.). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: Technopolitik, 2013.

PÁRAMO, Pablo. La construcción psicossocial de la identidad y del self. *Revista Latinoamericana de Psicología*, vol. 40, num. 3, 2008, pp. 539-550.



PELBART, P. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PESSOTI, I. *A loucura e as épocas*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *O século dos manicômios*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. *Os nomes da loucura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

QUEIROZ, M. S. Antropologia, saúde e medicina: uma perspectiva teórica a partir da teoria da ação de Habermas. In: MINAYO, M. C. S., COIMBRA JR, C. E. A. (Orgs.). *Críticas e atenuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* [online] (pp. 109-128). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise de dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002a, pp. 97-118, 2002.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TENÓRIO, F. *A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.